

Parecer nº 95/98

Data: 1998.07.29

Processo nº 419

Reclamante: Liga para a Protecção da Natureza –Instituição de Utilidade Pública (LPN)

Entidade Reclamada: Instituto da Conservação da Natureza (ICN)

1. Pedido

A Liga já em 1997 havia solicitado ao Instituto da Conservação da Natureza uma cópia do mapa e elementos das onze novas zonas propostas para a segunda fase da elaboração das ZPE'S e, em 14 de Janeiro de 1998, foi-lhe respondido que o pedido seria oportunamente satisfeito.

Como tal não acontecera, em fax de 18 de Maio último, a documentação voltou a ser pedida com um anexo da descrição de todos os elementos solicitados.

Em 25 de Junho, foi feita nova insistência em que a LPN invocava que o nº 5 do artigo 7º da Lei 65/93, permite o livre acesso a essa informação, mesmo que o processo não esteja concluído, visto que já havia decorrido mais de um ano sobre a sua elaboração (é anterior a Janeiro de 1997).

Aliás, se entretanto o seu pedido não fosse satisfeito a LPN informava que recorreria à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) do indeferimento tácito, o que se verificou.

2. Apreciação

2.1 A reclamação respeita os prazos legais previstos na LADA, quer para a formação do indeferimento tácito (35 dias, de acordo com o nº 3 do artigo 15º), quer para apresentar a reclamação à CADA (10 dias como determina o nº 1 do artigo 16º);

2.2. Os elementos pedidos não foram alguma vez recusados explicitamente e o Instituto chegou mesmo a referir que oportunamente os enviaria, o que pressupõe ter conhecimento da sua acessibilidade.

De facto, o nº 5 do artigo 7º da LADA dispõe que “ o acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão é diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração”.

De acordo com os dados fornecidos pela entidade reclamante, os relatórios técnicos pedidos foram elaborados antes de Janeiro de 1997 e, portanto, há muito mais de um ano.

Por outro lado, deve salientar-se também que o conteúdo dos elementos solicitados corresponde a informação de acesso não restrito. Tendo em conta as disposições da LADA, designadamente, o artigo 3º, a alínea a) do nº 1 do artigo 4º e o nº 1 do artigo 7º, qualquer cidadão poderia solicitá-los.

A tácita recusa de satisfação do pedido – ou da sua atempada satisfação - leva-nos a emitir parecer favorável sobre esta reclamação.

Conclusão

Consideram-se, portanto, verificados todos os requisitos e fundamentos para concluir que devem ser facultados à Liga para a Protecção da Natureza os documentos que especificamente pediu ao Instituto da Conservação da Natureza.

Para os devidos efeitos e nos termos do nº 2 do artigo 16º da Lei 65/93, remeta-se esta deliberação às entidades reclamante e reclamada.

Lisboa, 29 de Julho de 1998.

Branca do Amaral (Relatora) – *José Magalhães* - *Silva Marques* – *Narana Coissoró* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* – *Gameiro dos Santos* – *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)

